

Boletim da Greve

INFORMATIVO DO COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES
DA UFPB - CAMPUS I

JOÃO PESSOA - Nº 1 - Abril de 1996

Movimento cresce apesar da resistência do Governo em negociar



Apesar do Governo Federal dizer que não abrirá negociações e garantir que não tem condições de conceder aumento salarial, o movimento grevista dos servidores públicos federais está crescendo no setor da educação. Até momento, 40 instituições estão paralisadas por tempo indeterminado ou determinado.

O último informe do Comando Nacional de Greve da Andes informa que além das AD's em greve, outras adesões ao movimento estão previstas. A ADUFPEL deliberou por paralisar suas atividades a partir desta segunda-feira. Na penúltima avaliação nacional, 33 AD's tinha decretado greve.

A primeira audiência do Ministro da Administração e Reforma do Estado, Antonio Carlos Bresser Pereira com o Comando

Nacional Unificado de Greve dos SPF'S, aconteceu no dia 25/04 e serviu para o Governo Federal dizer que não tem possibilidade de conceder aumentos salariais. O Ministro apresentou dados que foram contestados pelo CNUG.

Bresser disse que não iniciaria negociações, mas reconheceu que os servidores não tiveram aumento salarial nos últimos 14 meses e que houve inflação no período. O encontro foi tenso e o Ministro estava assessorado pela secretária geral do MARE, Claudia Costin.

O presidente Fernando Henrique Cardoso também se recusa a discutir a greve dos servidores. Na audiência que ele concedeu ao presidente da CUT, Vicentinho, ele não quis falar sobre o assunto e tratou apenas da reforma agrária. FHC disse que autorizou Bresser a conversar com os SPF's.

Comando elabora atividades de greve

O Comando de greve montou uma programação de eventos para, durante a paralisação, debater os principais problemas da UFPB. Na segunda-feira, o dia foi dedicado exclusivamente para as reuniões nos Centros. Nesta terça-feira, acontecerá a assembléia geral, às 9h00, no Auditório da Reitoria.

Na quarta-feira, dia do trabalhador, os professores participarão de uma caravana para as 4 fazendas ocupadas pelos agricultores sem-terra, em Sapé. Lá acontecerá um ato público. A intenção é demonstrar o apoio e a solidariedade dos docentes com os trabalhadores rurais.

A trajetória do movimento estudantil dos anos 60 até hoje será o tema de uma palestra que o professor João Roberto Martins Filho fará dentro da programação de atividades de greve na quinta-feira (02/05). O evento está marcado para às 16h00, no auditório 411 do CCHLA.

Um dos pontos mais importantes da programação de greve dos professores da UFPB está previsto para a próxima sexta-feira (03/05). O Comando está organizando uma aula pública, no Ponto de Cem Réis, para debater as Reformas do Estado e a Universidade Pública.

A aula começará às 14h00, com a exposição de trabalhos científicos produzidos na Universidade e as dificuldades em que a instituição se encontra. Às 15h00, haverá apresentações artísticas sob a responsabilidade do Departamento de Educação Artística e em seguida, será iniciado a exposição do tema principal. Ele será dividido em quatro partes.

A primeira exposição será sobre a Universidade e Sociedade e ficará a cargo do reitor Neroaldo Pontes. O segundo será sobre as Reformas Econômicas e seu expositor será o professor Jonas Duarte. O terceiro tema abordará as propostas de Reforma Administrativa e será trabalhado pelo presidente da ADUFPB-JP, Jaldes Meneses.

O último tema da aula será como as reformas atingirão as universidades públicas federais. O professor Rubens Pinto Lira será o expositor. Cada palestrante vai elaborar um texto para ser distribuído com os participantes.

No final da aula pública, professores do Departamento de Música se apresentarão. No mesmo dia, a partir das 21h00, acontecerá a Aula Extra, na sede social da ADUFPB-JP, no Cabo Branco, com a apresentação do cantor Vander Farias.

CURTAS

COMANDO CONVIDA

O comando de greve dos professores da UFPB convida todos os interessados a ingressarem nas suas comissões de trabalho. Todos os dias às 16h00, são realizadas reuniões do grupo, na sede da ADUFPB-JP.

DATA BASE

O Supremo Tribunal Federal adiou para o dia 9 de maio, o julgamento do mandado de segurança impetrado pelo PDT, sobre a data base dos servidores públicos federais. O ministro relator do assunto, Maurício Corrêa, declarou não ter concluído seu parecer.

AULA EXTRA

O cantor Vander Farias estará se apresentando, na próxima sexta-feira (03/05), na sede social da ADUFPB-JP, às 21h00, dentro da programação de atividades de greve. A sede social está localizada na rua Gilvan Muriêca, 88, no Cabo Branco.

GREVE/PRIVADAS

Os professores da rede privada de ensino iniciaram nesta segunda-feira, uma greve por tempo indeterminado. A categoria reivindica um reajuste salarial de 33,82%. Os donos de escolas até o momento só ofereceram 15%



**ASSEMBLÉIA
GERAL**

**Dia
30/04**

ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DA REITORIA

PAUTA: 1) - Informes; 2) Avaliação da greve
3) encaminhamentos

EDITORIAL

As reformas que tramitam Ano Congresso não objetivam ajudar a resolver os problemas sociais que afligem a população, tais como o desemprego, o arrocho salarial, a deficiência e/ou a falta de serviços públicos de saúde, saneamento e educação. O povo oprimido já não consegue conter a indignidade com as elites governantes.

Nós, servidores públicos, não podemos silenciar diante do desamparo em que se encontra grande parte da sociedade brasileira. A greve dos docentes da UFPB não re-

sulta da unanimidade. Os que se calam e cruzam os braços não são despolitizados. Ao contrário, são coniventes com o governo e com a situação de descaso em que se encontra a Universidade Pública. É fácil criticar os grevistas. Nobre e construtivo é apresentar as formas de luta alternativa, se é que seus proponentes desejam lutar, e ajudar-nos a implementá-las.

O massacre dos trabalhadores sem-terra no Pará foi a gota d'água para levar às ruas de várias cidades a repulsa de trabalhadores e estudantes

contra a (des)ordem social dominante. Foi necessário o sacrifício dos que tombaram para que a discussão sobre a Reforma Agrária fosse retomada na sociedade e no Congresso, reacendendo, contudo, o ímpeto da Bancada Ruralista a favor da manutenção do status quo.

O governo FHC, sob pressão dos clamores por justiça e retidão, principalmente oriundos de manifestações a nível internacional, busca reorganizar seu ministério, loteando cargos e tentando garantir aos partidos governis-

tas que a luta contra o povo ainda não está perdida.

Companheiros, precisamos ocupar a universidade e produzir formas de resistência, antes que o Congresso com o rolo compressor dos parlamentares defensores dos interesses de latifundiários, banqueiros, políticos e empresários corruptos, esmague o que ainda resta de dignidade no serviço público. Lutar ou lutar, companheiros, é a alternativa para os que se importam com a dignidade do serviço público e com os direitos do trabalhador.

Decreto 1867/96 não prejudica a paralisação

O decreto do Governo Federal que regulamenta a assiduidade e a pontualidade dos servidores públicos federais não representa uma ameaça a continuidade da greve, mas representa uma tentativa de desestruturar o movimento da categoria e uma interferência na autonomia das universidades.

Um dado que revela a tentativa de intimidação política dos SPF's é a data de publicação do decreto: 17 de abril, segundo dia de greve. Apesar disto, é importante perceber que sua implantação não será imediata. "O Controle eletrônico de ponto deverá ser implantado de forma gradativa (...) deverá estar concluída no prazo máximo de 6 meses".

Segundo o Comando Nacional de Greve da ANDES-SN, a origem do decreto também é esclarecedora para a sua avaliação. Ele foi elaborado no Ministério da Administração e Reforma do Estado e desconhece a dinâmica das Universidades, além de representar altos custos financeiros para as instituições.

O MARE, através do decreto, também tenta atingir a estrutura do movimento organizado das categorias das universidades. Ele dá um tratamento diferenciado entre professores e servidores técnico-administrativos. Também diferencia os docentes universitários e os de 2º grau.

Apenas "os professores da carreira de Magistério Superior do Plano Único de classificação e Retribuição de Cargos e Empregos", segundo o decreto estão dispensados do controle de frequência.

O mais grave, na avaliação do CNG-ANDES-SN, é a forma autoritária de governar de FHC, através de MP's, decretos e práticas clientelistas no Congresso. O decreto 1867/96 deve ser encarado como mais um fator de estímulo a construção da unidade da greve dos SPF's.

Síntese da avaliação do Comando Nacional de Greve/ANDES-SN

A greve dos SPF e a conjuntura

A grande manifestação que reuniu cerca de 20 mil servidores públicos em Brasília, no dia 24/04, representou uma clara demonstração de força do nosso movimento. Desmascarou-se a versão governista de que "não há mais que 5% de SPF em greve". A expressiva participação não só dos SPF, como de estudantes, de outras categorias de servidores públicos e do MST no ato público, é indicadora da unidade que se forma hoje contra o Governo Fernando Henrique Cardoso e seu compromisso com as reformas neoliberais.

Consolida-se o quadro, já analisado por este comando, de fragilização da base político-fisiológica do Governo. Tenta FHC contornar seu mais recente desgaste político-massacre no Pará - com a criação e distribuição de Ministérios, o que não só uma nova maneira de protelar a Reforma Agrária - como já foi denunciado pelo MST - mas também, principalmente, uma manobra para fortalecer as suas alianças com os partidos políticos mais reacionários de modo a garantir a aprovação de suas propostas quanto a Reforma Administrativa. Contudo, essa tática não é suficiente para reverter os prejuízos dos sucessivos escândalos que envolvem seu governo (Banco Econômico, Sivam, Pasta Rosa, Unibanco, massacres no Campo, etc). Em toda parte do Brasil onde vai, FHC encontra manifestações de repúdio - são estudantes, trabalhadores, desempregados, partidos e entidades da sociedade civil expressando sua rejeição as políti-

cas autoritárias e anti-sociais deste governo. Nesse sentido, o momento é favorável à radicalização, também, do nosso movimento.

A greve nacional unificada dos SPF, mesmo tendo encontrado entaves autoritários no interior do aparelho do Estado, neste momento, cresce e se fortalece. O quadro geral demonstra uma ampliação da adesão ao movimento e, no caso específico da ANDES-SN, confirma-se a força do MD e seu compromisso com os demais SPF em luta. Nas IFES e IEES contamos, ainda, com a consolidação e crescimento da adesão à greve da FASUBRA e com um expressivo apoio dos estudantes que, inclusive, já deflagraram greve em várias universidades.

O movimento dos SPF tem-se desenvolvido de forma correta. Em pouco tempo, rompemos o distanciamento do Governo e conseguimos audiência direta - ainda que sem negociações mais concretas - com o ministro Bresser Pereira, depois de um conjunto de ações implementadas em todo o Brasil - de atos públicos a pressões de parlamentares. No entanto, é preciso deixar claro que a compreensão que subsidia a greve tem como perspectiva a constituição de um fórum efetivo de negociações formado pelo CNUG, MARE e demais ministérios relacionados com as diversas categorias e suas reivindicações. Para atingirmos nossos objetivos, devemos avançar ainda mais no fortalecimento da greve e na pressão ao governo.

Avaliação do Comando Nacional de Greve/ANDES-SN

COMANDO DE GREVE

Mônica Nóbrega - CCHLA
Wilma Mendonça - CCHLA
Lenilma Menezes - CCS

Ana Maria Cavalcante - CCS
Vera Amaral - CCS
José da Paz - CCS
Jaldes Menezes - ADUF
Derval Golzio - ADUF
Wilson Aragão - CE

Maria Salete Barbosa - CE
Graziela de Oliveira - CCSA
Luiz Pereira de L. Júnior - Cons. Rep.
Maria Djair Dias - Cons. Rep.
■ A composição do CG ainda está desfalcada dos representantes do CT e do CCEN



Boletim da Greve

INFORMATIVO DO COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES
DA UFPB - CAMPUS I

JOÃO PESSOA - Nº 2 - Maio de 1996

Vitória no Supremo abrirá caminho para negociação com o Governo



O Supremo Tribunal Federal julga quinta-feira (09/05) o recurso do Partido Democrático Trabalhista-PDT requerendo o reconhecimento da data base dos servidores públicos federais, no dia 1º de janeiro. A primeira tentativa de julgamento foi adiada porque o ministro relator, Maurício Corrêa, alegou não ter con-

cluído seu parecer.

O julgamento é decisivo para o andamento da greve nacional dos SPF's, pois forçará o Governo Federal a abrir negociações com o Comando Nacional Unificado de Greve. Elas até agora têm sido rejeita-

das pelo ministro Antonio Carlos Bresser Pereira com a simples alegação de falta de dinheiro para pagar o aumento.

Bresser reconheceu, na única audiência com o Comando Nacional de Greve, que nos últimos 16 meses os servidores tiveram perdas salariais com a inflação no período, mas que o Ministério não dispunha de recursos para o reajuste necessário.

Quinta-feira, em todo país, os servidores públicos federais estarão promovendo manifestações em prol do julgamento favorável do Supremo para a data base. Em Brasília, uma grande manifestação estará acontecendo em frente ao prédio do STF, para pressionar os ministros.

Nº DE ADS EM GREVE 45

ADs EM GREVE

APUB, ADUFF, ADUFES, APES-JF, ADURN, ADUFPR, ADUFG, APRUMA, ADUFRJ, ADFFel, ADUFMAT, ADUnB, ADUFSCar, APROEFEI, ADUFPJ, ADUFPb-JP, ADUFPA, ADCEFET-RJ, ADUFS, ADUNIR, ADUA, ADUC, ADCEFET-MA, ADUFRO, ADUFRRJ, ADEFEI, ADUFMA, ADUFBA, ADUFSC, ADUFLavras, ADUFViçosa, ADUFMG, ADUNIFESP, ADUFAC, ADUCEFETMG, ADUNIFESP, ADUFAL, ADUFPatos, ADUCEFETPR, ADUFPE, ADUFCE, ADUFRPE, ADUFSE, ADUGO, ADUFMT.

Professores participam de caravana em Brasília

Uma delegação de dez pessoas, dois professores e oito estudantes da UFPB, foi enviada pelo Comando de Greve na caravana organizada pelos sindicatos de servidores públicos federais da Paraíba, para participar das manifestações de reforço da paralisação dos SPF's em Brasília, de hoje até quinta-feira (09/05).

O objetivo de todos os Estados enviar caravanas é gerar um fato político que possibilite a abertura de negociações entre o MARE e o CNUG. Durante a permanência dos grupos em Brasília não está descartada a possibilidade de forçar audiências com ministros, aproveitando a força do movimento concentrado.

As dez pessoas da UFPB que estão em Brasília fizeram parte da cota destinada pelo Comando Local dos SPF's para

o Comando dos docentes. Elas viajaram no domingo de manhã (05/05) e terão de cumprir uma programação intensa já definida pelo Comando Unificado dos SPF's.

A programação começará com uma panfletagem na Esplanada dos Ministérios, hoje (07/05), e um trabalho de convencimento junto a senadores e deputados do Congresso Nacional. Na quarta-feira (08/05), os integrantes das caravanas participarão de um ato público conjunto dos servidores públicos, professores de 1º e 2º graus do Distrito Federal, outras categorias e movimentos, às 10h00.

Na quinta-feira, às 10h00, a principal programação é uma concentração em frente ao Supremo Tribunal Federal, para acompanhar o julgamento da data base dos funcionários públicos federais.

Aula pública denuncia crise

A população de João Pessoa foi informada dos principais problemas que atingem a UFPB hoje, na aula pública que o Comando de Greve dos Professores realizou na sexta-feira passada (03/05), no Ponto de Cem Réis. O ato foi prejudicado pelas fortes chuvas que caíram em João Pessoa, no final da tarde daquele dia.

A programação começou às 15h00, com vários professores falando à população sobre as dificuldades da educação superior pública no Brasil hoje, a situação sócio econômica do país e os motivos da decretação da greve dos funcionários públicos federais. Durante a participação dos professores, a população fez várias perguntas. Muitos questionaram os valores dos salários que os docentes federais recebem hoje. Outros perguntaram sobre o risco de implantação do ensino pago e as razões que levavam a categoria a sempre decretar greve para ter atendidas as suas reivindicações.

**ASSEMBLÉIA
GERAL**

**Dia
10/05**

ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DA REITORIA
PAUTA: 1) - Informes; 2) Avaliação da greve
3) Encaminhamentos

EDITORIAL

A greve nacional dos SPFs entra na sua fase decisiva. O dia 9, data em que será julgado o recurso do PDT a respeito da data base dos servidores no STF, reveste-se de importância fundamental para os destinos do movimento.

As possibilidades de vitória, nessa questão, como avaliam alguns juristas, aparecem como reais. Tanto é assim que o governo apertou o cerco contra a greve nos

grandes jornais, que antes da deflagração do movimento se pronunciaram favoráveis às reivindicações salariais dos servidores. Uma derrota do governo na justiça se converterá, tendencialmente, numa derrota política importante e funcionará como alento para a luta dos servidores, além de desmoralizar os argumentos do governo contrários ao reajuste, que se diz preocupado em

combater o déficit público. Este aumenta a cada dia, não por causa dos salários dos servidores, mas devido às constantes intervenções do governo no sistema financeiro.

Nesse enfrentamento decisivo com o governo, de postura nitidamente anti-sindical, as greves ganham um novo caráter: devem se tomar lutas políticas que envolvam a sociedade civil com ampla mobilização dos grevistas, o

que não ocorre no momento. As atividades de mobilização têm pequena participação dos professores, o que não permite visibilidade ao movimento e facilita o seu isolamento político.

A greve entra no seu momento decisivo. É hora de nos desdobrarmos e transferirmos o tempo que dedicávamos às atividades docentes para o envolvimento nas atividades de mobilização.

Avaliação do CNUG (Reunião de 02/05/96)

Iniciamos uma avaliação mais detida do quadro de conjuntura acumulada para podermos, nesse final de semana, consolidá-la para orientar, de forma adequada, o transcurso da greve durante o calendário aprovado na plenária unificada dos SPFs em greve.

O lançamento de proposta de greve Geral no dia 1º de maio, conseguiu se transformar num fato político importante fornecendo um novo e decisivo elemento na conjuntura. Como prevíamos, nesta semana, os fatos que a nossa greve pôde criar ficaram restritos às ações dos comandos locais, em especial destaque para as iniciativas que nos permitiram ampliar o diálogo como os usuários, rompendo na prática, o isolamento que o silêncio na mídia tenta impor.

A boa surpresa ficou por conta do 1º de maio que, ao se lançar a proposta de greve geral e denunciar os desmandos da MP do Salário mínimo (reajuste inaceitável e a inconstitucional e indecente idéia de cobrar a aposentadoria dos aposentados), criou uma conjuntura, mais uma possibilidade de enfrentamento e apagou a idéia de disputa de massa que a FIESP tentou construir junto com a pelegada da força sindical.

Como isso, a ainda débil crise de credibilidade que já se verificava entre o governo FHC a população se ampliou. Originada nas denúncias de corrupção e favorecimento dos banqueiros, agravadas com a explosão da crise agrária e sua repercussão, em particular, no que toca ao descaso com os direitos humanos e com o episódio do salário mínimo, necessita ser aprofundada e utilizada para explorarmos as contradições colocadas pela própria ação do governo na área social. Apesar desses novos fatos, as votações, as votações marcadas para 8 e 9 de maio no Supremo Tribunal Federal são elementos importantes para o desdobramento da conjuntura, pois, na primeira está em jogo o desbloqueamento do processo de reformas estruturais e na segunda, a possibilidade concreta de se criarem as condições objetivas para o governo a recuar da intenção de não alterar a remuneração dos trabalhadores do serviço público.

A reforma ministerial é hoje, uma busca de solução governamental para os problemas de coesão de sua base de apoio parlamentar e partidária, em que pese, continuar pairando sobre a mesma, o fan-

tasma da pressão eleitoral. Além disso, FHC busca com isso, pagar promessas que teve que fazer para chegar até onde chegou. Ao criar o ministério da negociação política FHC oficializa a prática do fisiologismo "do é dando que se recebe". No entanto, a cada dia, o ano eleitoral aparece como elemento dificultador da tática governista.

A nossa greve deve ainda romper com a tendência ao isolamento, seja do ponto de vista da sua visibilidade, seja do ponto de vista de sua capacidade de articulação com os aliados históricos. São elementos de extrema valia para a sua continuidade a geração de fatos e ações necessárias para o tensionamento da correlação de forças em questões como:

a) o aumento do número de grevistas, construindo o crescimento de pressão real e gerando o ambiente propício à preparação e efetivação de fatos políticos de peso, capazes de tencionar os interlocutores a romperem o seu "desconhecimento da greve";

b) manutenção do trabalho de superestrutura, seja no geral, seja no específico, de tal forma que possamos abrir os canais capazes de manter a pressão e superar o impasse. Assim sendo, conseguir do MARE, os seus números acerca das perdas salariais de 95 e efetivar o abaixo assinado parlamentar, são importantes no jogo de xadrez da busca de interlocutor válido para se negociar.

A confissão de Serra, de que o PROER gerará um significativo prejuízo aos cofres do Tesouro e a denúncia de que o governo não assentou pelo menos 100.000 famílias mais no ano passado (pois tinha financiamento internacional para isso e não o usou), somando à confissão de Bresser que, de fato houve perdas salariais, são fatos que põe a nu uma contradição que podemos e devemos usar e explorar.

As caravanas da semana que vem, se massivas, podem ser fator decisivo para criação do ambiente necessário ao tensionamento da correlação de forças deste impasse. Já está claro que devemos continuar investindo no crescimento da greve e na interlocução da sociedade preparando o terreno para o importante semana que temos a seguir, a nosso ver, definidora dos passos que seguirão para solucionar os impasses, hoje colocados.

Programação de Atividades de Greve

QUARTA-FEIRA, 08/05

As 9h00 - Vigília em frente ao INSS de todas as categorias de SPFs, no dia do julgamento pelo Supremo Tribunal, sobre a legalidade ou não da reforma da previdência.

QUINTA-FEIRA, 09/05

As 14h00 - Atividade conjunta dos SPFs, no Ponto de Cem Réis, no dia do julgamento da data base da categoria pelo Supremo Tribunal Federal.

SEXTA-FEIRA, 10/05

As 9h00 - Assembleia geral dos docentes, no Auditório da Reitoria.

PAUTA:

- Informes (local e nacional)
- Avaliação do movimento a partir da decisão do Supremo sobre a Data-base dos servidores públicos.
- Encaminhamentos.

SEGUNDA-FEIRA, 13/05

As 9h00 - debate com os candidatos a reitor. Local: Auditório da Reitoria.

TERÇA-FEIRA, 14/05

As 18h00 - Reunião do Grito da Terra Brasil, na sede da API

COMANDO DE GREVE

Mônica Nóbrega - CCHLA
Wilma Mendonça - CCHLA
Aparecida Ramos - CCHLA
Flávio Lúcio Rodrigues - CCHLA

Lenilma Meneses - CCS
Ana Maria Cavalcante - CCS
Vera Amaral - CCS
José da Paz - CCS
Jaldes Meneses - ADUF
Derval Golzio - ADUF
Wilson Aragão - CE

Maria Salete Barbosa - CE
Graziela de Oliveira - CCSA
Iêdo Leite Fontes - CCJ
Luiz Pereira de L. Júnior - Cons. Rep.
Maria Djair Dias - Cons. Rep.
Antonio Luiz - CT
Manoel Fernandes - CCEN

Boletim da Greve

INFORMATIVO DO COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES
DA UFPB - CAMPUS I

JOÃO PESSOA - Nº 3 - Maio de 1996

Supremo nega data base mas SPF continuam tentando negociações



O Supremo Tribunal Federal julgou, ontem (15/05), improcedente o mandado de segurança que pedia o reconhecimento da data base dos funcionários públicos federais. 8 ministros votaram contra e 3 a favor. Apesar desta posição, muitos deles expressaram que a reivindicação salarial dos ser-

vidores é justo.

Apesar da expectativa criada em torno do resultado do julgamento, o Comando Nacional Unificado dos SPF já tinha uma avaliação o STF é um instrumentos do jogo político do Estado e não poderia se posicionar contrário a ele. Os comprometimentos entre o Judiciário e o Executivo hoje são evidentes em vários níveis.

Diante o resultado nega-

tivo no Supremo, a avaliação do CNUG é de que a greve vem obtendo apoio de vários segmentos da sociedade, mas enfrenta dificuldades de produzir fatos políticos para sua sustentação, sobretudo pela não ampliação de sua base social.

Entre as alternativas do CNUG para este quadro estão a necessidade de manutenção da greve e a sinalização para todos os canais de negociação

com o governo. Entre os pontos a serem negociados estão um cronograma para a discussão das pautas gerais e específicas, a incorporação da GAE, GAJ e GAL, suspensão do corte de ponto, abertura dos concursos públicos e reajuste e auxílio-creche.

A próxima plenária dos SPF está marcada para acontecer às 15h00, de sábado (18/05).

PAUTA ESPECÍFICA DA ANDES

A ANDES e todas as suas seções sindicais defendem um reajuste de 46,19% na data base da categoria, durante este mês. O índice equivale a todas as perdas acumuladas pelos trabalhadores desde que o Plano Real foi criado. A pauta de reivindicações foi apresentada pela Diretoria da entidade ao Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, no dia 11 de dezembro de 95.

1) SALÁRIO

- Política salarial
- Índice de reajuste de 46,19%
- Pagamento dos Precatórios
- Incorporação da GAE no seu valor mais alto.

2) AUTONOMIA, DEMOCRACIA E VERBAS

- Carreira única
- Regime jurídico único
- Isonomia entre as IFES
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- Garantia de financiamento público para as IFES

3) LDB

- Pelo resgate do Projeto de Lei Complementar 101/93 (Sid Sabóia)

4) EMPREGO

- Estabilidade
- Concurso público, repondo-se integralmente as vagas existentes. Imediata contratação dos candidatos selecionados. Expansão de vagas de acordo com as necessidades das IFES.

5) APOSENTADORIA

- Garantia de aposentadoria por tempo de serviço
- Equivalência de reajuste salarial entre os trabalhadores da ativa e aposentados
- Manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional através do Ministério da Educação e do Desporto. Este pagamento não pode se dar na conta da rubrica "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino".

Consuni apóia greve e pede fim das punições

O Conselho Universitário da UFPB manifestou terça-feira (14/05) seu apoio a greve dos professores e funcionários. A proposta dele posicionar-se favorável a paralisação partiu do Comando de Greve dos Docentes. De-

pois de definir a sua posição, o CONSUNI produziu uma nota oficial, em que também pede a abertura imediata de negociações e o fim de qualquer medidas punitivas. Veja abaixo, a nota na íntegra:

A Universidade brasileira reconhece a necessidade de reformas, com vistas à modernização do Estado, mas entende que ela não pode ser obtida às custas da depreciação das condições de trabalho e do salário do servidor, colocado como responsável maior pelas dificuldades enfrentadas pela administração pública federal.

Por outro lado, a instituição universitária vem, de longa data, sendo privada dos recursos mínimos de que necessita para, com autonomia, garantir o desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais, condição necessária à afirmação do país como Nação econômica e politicamente soberana.

Tendo em vista os baixos salários (não reajustados 16 meses), a situação de penúria material em que se encontram os servidores, também ameaçados em seus direitos pelas reformas da Previdência e da Administração, o Conselho Universitário da UFPB entende serem justos os motivos da greve empreendida pelos professores e funcionários das instituições federais de ensino superior.

Propõe, conseqüentemente, ao Ministério da Educação e do Desporto e ao Governo Federal, a imediata abertura de negociações, o que pressupõe a exclusão de quaisquer medidas punitivas.

João Pessoa, 14 de maio de 1996.

Neroaldo Pontes de Azevedo
Presidente

45

É o número de AD's em greve em todo o país.

ELEIÇÕES DA ANDES

Dias 20, 21, 22 e 23 de maio

Comando de greve local avalia movimento

O Comando Local de Greve da UFPB, após extenuada discussão, debruçado sobre os últimos acontecimentos do movimento grevista, expõe à categoria os seguintes posicionamentos acerca da conjuntura:

1. A decisão do Supremo, adversa aos funcionários federais, pela margem de oito votos a três, pertinente à validade da Lei 7707/88 - que preconiza o mês de janeiro como data base do funcionalismo federal - conquanto marco da greve não deve ser analisado como parâmetro do movimento. Outros dados devem juntar-se a este. Portanto, devemos reunir estes outros elementos para podermos decidir sobre os rumos da greve.

2. Um balanço parcial da greve dos funcionários públicos federais, exulta fatos positivos e negativos. Sublinhando, no momento, os positivos, destacamos: a) a greve, insere-se num cenário de intensificação da luta popular e grevista no Brasil, tais como o movimento dos sem-terra, a greve dos metroviários, e, particularmente, dos funcionários públicos federais. Contudo, embora crescente, tais lutas não conseguiram arrostar o executivo federal. As lutas ainda estão circunscritas aos limites territoriais das categoriais grevistas, à exceção dos sem-terra. Não transformaram-se em lutas sociais e civis, movimentos possantes, amplos e massivos. Neste aspecto, a greve geral datada

pela CUT para 14/06 pode catalisar a refrega anti-neoliberal no sentido de lutas sociais vivas. b) Há um discreto apoio da população em geral, na greve atual, às reivindicações dos funcionários públicos; c) os servidores federais em geral e especificamente os docentes universitários vivenciam um processo de radicalização e insatisfação.

3. É momento chave da greve. As decisões devem ser tomadas a partir da análise fria e racional da correlação de forças. Neste sentido, o Comando Local de Greve decide por auscultar o ânimo da categoria sobre a continuidade ou não da luta na forma grevista.

4. Motivos para persistir na greve existem. Há uma pauta de

reivindicações específicas dos docentes universitários junto ao MEC e negociações começam, discretamente, a serem entabuladas. O problema de persistir na greve batalhando uma pauta específica relaciona-se liminarmente com o da correlação de forças e fôlego mobilizatório da categoria docente. Perguntamos: há condições objetivas de construir tais prerrogativas neste momento da greve? A resposta está com a categoria.

5. Por isso, o Comando Local de Greve indica a continuidade do movimento grevista na presente Assembléia Geral (16/05). Convoca nova Assembléia para terça-feira (21/05), quando os rumos do movimento nacional estarão melhor definidos.

Avaliação do CNG-ANDES

A greve dos SPF's chega a um mês de luta contínua contra o projeto de desmonte do Estado e dos servidores públicos, pela garantia de conquistas históricas dos trabalhadores e em oposição à política neoliberal implementada de forma brutal pelo atual Governo.

Neste processo de enfrentamento, os SPF, assim como a classe trabalhadora em geral, dispõem de instrumentos de luta que são complementares distintos daqueles utilizados pelo aparelho de Estado. O episódio do julgamento do mandado de segurança da data-base pelo Supremo Tribunal Federal ocorrido em 15/05, deixa claro como se processa a ação do governo no sentido de aniquilar com os movimentos sociais que se contraponham aos seus interesses.

Apesar de termos clareza de que o nosso eixo de ação é essencialmente político, gerou-se um certo nível de expectativa em relação a esse julgamento. Entretanto, também era sabido que o judiciário, como um dos braços fundamentais e peça constituinte do jogo político do Estado, não poderia adotar uma posição que negasse sua natureza. Não obstante, a argumentação dos Ministros do STF, mesmo a maioria deles tendo votado contra o pleito do processo, expressou reiteradamente a justiça da nossa causa e ratificou a avaliação do movimento grevista sobre o intenso processo de degradação por que passam os serviços públicos e o funcionamento público de um modo geral. Neste sentido, o programa de demissão "voluntária" constituiu-se em mais uma armadilha.

Diante deste quadro o CNG-ANDES sinaliza na perspectiva de fortalecimento de sua pauta unificada. Tem clareza sobre a qualidade do enfrentamento que se coloca, o qual possibilita, a partir de agora, aprofundar as contradições das políticas neo-liberais do governo. Tais políticas apontam para um processo de concentração de renda cada vez mais veloz e intenso. Simultaneamente, numa jogada de marketing, FHC anuncia seu programa de defesa dos direitos humanos que, por outro lado, não dá garantia de sobrevivência digna dos trabalhadores da cidade e do campo.

A greve deve continuar, deve fortalecer-se, de tal modo que se pressione o governo à abertura de negociações com os SPF, a partir da pauta que foi construída

coletivamente, de modo unificado. O desgaste do governo e de seus projetos frente à opinião pública deve orientar a nossa ação, pois apesar de termos a mídia contra nós, é possível criar formas inteligentes de interlocução com a sociedade em geral, tentando aglutinar forças dos movimentos organizados não alinhados com as políticas excludentes, cujos impactos já foram detectados no México e na Argentina, e já aparecem claramente desenhados em nosso país no alto nível de desemprego, no arrocho salarial, no assassinato de trabalhadores rurais, na quebra da garantia de direitos fundamentais, por intermédio de ações de caráter diversificado, implementadas pelo executivo, legislativo e judiciário.

O governo aposta na possibilidade de desmobilizar, de destruir o movimento sindical e, em particular, a greve dos SPF, tentando por todas as vias reprimir a atuação dos sindicalistas. Este governo não admite ser contestado, tendo adotado uma posição bonapartista que vai do mais descarado "toma lá, dá cá" até as medidas mais truculentas de repressão aos segmentos que se opõem ao receituário da "social-democracia". O autoritarismo mesclado com características de um governo populista vai impondo a ferro e fogo um consenso artificial e falacioso. Na esteira geral, que colocará o enfrentamento com o projeto governista em novas bases.

Cabe a todos nós criarmos as referências teóricas e práticas para que se revele toda a essência deste governo e as formas de enfrentá-lo, apesar da sua aparente invulnerabilidade. Conseguindo gerar novos fatos políticos que exponham as suas inconsistências, poderemos atuar politicamente, de forma radical e consequente, até alcançarmos os objetivos da nossa greve.

Objetivamente, as ações encaminhadas ao CNUG, na direção de compor um arco de forças interlocutoras para conseguir abertura de negociações, tais como a mobilização de parlamentares e de entidades como CNBB, OAB, e outras, bem como um ato político no Congresso Nacional (Auditório Nereu Ramos), nos colocam um cenário de possibilidades, que devemos construir politicamente no plano imediato.

Comando de greve ANDES, 16 de maio de 1996.

COMANDO DE GREVE

Mônica Nóbrega - CCHL
Wilma Mendonça - CCHLA
Aparecida Ramos - CCHLA

Lenilma Meneses - CCS
Ana Maria Cavalcante - CCS
José da Paz - CCS
Dailton Lacerda - ADUF
Jaldes Meneses - ADUF
Marcos Montenegro - CE
Ronaldo Barbosa - CE

Severino Bezerra da Silva - CE
Alexandre Nader - CCEN
Luiz Pereira de L. Júnior - Cons. Rep.
Maria Djair Dias - Cons. Rep.
Antonio Luiz - CT
Manoel Fernandes - CCEN



Programação de Atividades de Greve

SEXTA-FEIRA, 17/05

Às 20h00 - Aula Extra na sede social da ADUEPB-JP, no bairro do Cabo Branco.

SEGUNDA-FEIRA, 20/05



Proposta do comando local de greve para reuniões por Centro às 09h00.

TERÇA-FEIRA, 21/05

Proposta do comando local de greve de ASSEMBLEIA GERAL às 09h00, com local a ser definido.

ADUF informa

No sábado (18/08), show com Walter do Acordeon e Arthur do violino, a partir das 11h00.